

São Cristóvão-SE/Brasil
21 a 23 de setembro de 2011

V Colóquio Internacional

"Educação e Contemporaneidade"



ISSN 1982-3657

O CONCEITO DE IMPLICAÇÃO EM PRÁTICAS DA ANÁLISE INSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEA

Paloma Araújo Côrtes dos Santosⁱ
E-mail: carpehodie@hotmail.com

Antônio Vital Menezes de Souzaⁱⁱ
E-mail: a.vmsouza@yahoo.com.br

Vinicius Silva Santosⁱⁱⁱ
E-mail: vinnymil@yahoo.com.br

EIXO TEMÁTICO 14

Psicologia, Aprendizagem e Educação: aspectos psicopedagógicos e psicossociais

RESUMO

A finalidade deste artigo é refletir sobre a importância do conceito de implicação no plano teórico e no plano metodológico da Análise Institucional Contemporânea. Para isso, apresenta a formação histórica da análise institucional como abordagem teórica direcionada à compreensão das dinâmicas institucionais, demarcada pela predominância da universalidade, singularidade e particularidade como conceitos centrais em suas primeiras etapas de consolidação. Em seguida, apresenta a reviravolta epistemológica ocorrida pela assunção do conceito de implicação dentro das psicossociologias clínicas e da análise institucional contemporânea inspirada na produção de René Barbier. Esse texto faz parte do conjunto de produção intelectual realizada no SEMINALIS - Grupo de Pesquisa em Tecnologias Intelectuais, Mídias e Educação Contemporânea da Universidade Federal de Sergipe.

PALAVRAS-CHAVE: Análise Institucional. Implicação. Clínica

RESUMÉ

Le but de cet article est de discuter de l'importance de la notion d'implication dans le plan théorique et méthodologique de l'analyse institutionnelle contemporaine. Pour ce faire, présente le contexte historique de l'analyse institutionnelle comme une approche théorique visant à comprendre la dynamique institutionnelle, marquée par la prédominance de l'universalité, l'unicité et la particularité que sont ils concepts centraux dans leurs premières étapes de leurs consolidation. Ensuite, le redressement a eu lieu en raison de l'hypothèse

épistémologique de la notion d'implication dans la psychologie clinique et sociale de l'analyse institutionnelle inspirée par la production contemporaine de René Barbier. Ce texte fait partie de l'ensemble de la production intellectuelle, tenue à SEMINALIS - Groupe de Recherche en Technologie Intellectuels, Médias et l'Éducation Contemporaine, appartenant à l'Université Fédérale de Sergipe.

MOTS-CLÉS: Analyse institutionnelle. Implication. Démarche Clinique.

INTRODUÇÃO

A Análise Institucional interessa-se teórica e metodologicamente por modos de apropriação, usos, transformações de dispositivos, estruturas, negociação e dinâmicas de poder elaboradas por diferentes grupos de sujeitos em suas relações institucionais. Para isso recorre à articulação de conceitos e instrumentos fundamentais de análise cuja centralidade é o debate político sobre o Estado e suas relações fiduciárias, segmentadas e distribuídas entre os grupos humanos em diferentes agrupamentos, cultural e historicamente situados. Nesse sentido, trata-se da análise de microcondutas através das quais o Estado se manifesta como uma generalidade notável. Sendo o Estado denominado dentro do campo teórico das ciências sociais, a instituição das instituições, respalda seu dinamismo operante através da representação da coletividade, da norma e das relações de autoridade nele existentes. Nesse jogo de interatuação e de interesses, a Análise Institucional se configura como importante campo teórico e científico ligado às ciências clínicas.

Nesse sentido, tradicionalmente a instituição foi definida durante a produção inicial da Análise Institucional pelo movimento dialético em três etapas integradas. A primeira delas refere-se à ideia de unidade positiva. Nesse contexto, aproxima-se do conceito de universalidade. Nas palavras de Lourau (1970: p.10) "o conceito é totalmente verdadeiro, ou seja, abstratamente verdade, em geral". A segunda etapa refere-se à positividade do conceito. Trata-se do que se pode chamar de prática recursiva através da qual a negação assume movimentos *não-lineares*, condicionando o tempo passado em relações presentes, ou ainda, contorcendo o futuro numa atividade do instante. De outro modo, "toda verdade geral deixa de ser totalmente incorporada tal como se aplica em circunstâncias particulares, circunstanciais..." (op.cit: p.10). Por fim, a terceira etapa consiste na negação da negação. É um processo inspirado na dialética hegeliana, através do qual se instaura a singularidade do grupo-sujeito ou o momento através do qual a unidade negativa, que consiste de formas sociais, incorpora a ideia (imagem prática) de instituição.

René Lourau (1933-2000), sociólogo francês, foi quem popularizou no Brasil a Análise Institucional Clássica. Lourau foi professor de sociologia, de ciência política e de ensino de ciências na Universidade de Paris VIII entre 1994 e 1999. Trata-se do mais importante teórico da análise institucional a utilizar e desenvolver o conceito de participação, baseado no *Princípio da Incerteza*, oriundo da Física de Werner Karl Heisenberg (1901-1976). Em grande medida, René Lourau foi influenciado por Henri Lefebvre (1901-1991) e Gilbert Simondon (1924-1989). Suas contribuições às ciências clínicas são referendadas pelo número de citações de seus trabalhos e pela adesão aos postulados de uma ciência humana, impressa pelas rotas das relações intensivas do campo social e do registro minucioso das tensões de poder da vida social ordinária.

George Lapassade (1924-2008) teve participação efetiva na elaboração da análise institucional e na sua consolidação nas ciências humanas interdisciplinares. Foi uma das principais personalidades que colaborou na produção do campo da Análise Institucional Clássica. Lapassade, junto a René Lourau, interessou-se tanto pela psicanálise, quanto pela filosofia, história da ciência, biologia à medicina. Basta citar as constantes referências aos trabalhos de Jean Laplanche (1924-****) e Georges Canguilhem (1904-1995), Kostas Axelos (1924-2010) e Edgar Morin (1921-****). Através dessas interlocuções, ambos, centram-se na criação da psicoterapia institucional.

A Análise Institucional, porquanto, eiva-se pelos confrontos políticos do marxismo guattariniano e reencontra territórios de sentido na prática institucional psicoterápica ante a produção material da existência, as relações de poder, a segmentação, as micropolíticas. A expressão “análise institucional” é empregada para descrever uma sociologia de intervenção. René Lourau foi figura importante na psicologia, na antropologia e na pedagogia pelas contribuições que empreendeu através de sua produção e obra.

A Análise Institucional Contemporânea ampliou-se como abordagem e como método de intervenção através dos trabalhos de René Barbier. Especificamente foi através do *conceito de implicação* que a sociologia de intervenção tornou-se sociologia prática de engajamento político nos quais o elemento pulsional, ético-estético e multidimensional do desejo-poder impulsiona a experimentação intensiva da vida grupal, visceral, profana e sagrada como intensidade existencial capaz de compreender em profundidade as políticas de agenciamento entre os sujeitos, agentes e instituições. É justamente esse elemento que vai permitir a ampliação da Análise Institucional como abordagem ligada à Teoria da Complexidade (Morin, 1973; 2002; 1983; 1986; 1991 e 2000) e à Abordagem Multirreferencial (Ardoino

1966; 1980; 1990; 1995a; 1995b; 1998a; 1998b; 1998c;) como campo epistemológico de suma importância na contemporaneidade.

1 ANÁLISE INSTITUCIONAL: arcabouço teórico, conceitos inerentes e propostas iniciais

A Análise Institucional nasce exatamente da crítica à Psicossociologia (ou, vulgarmente, à psicologia dos pequenos grupos), visto que Lapassade fez “surgir” o que estava encoberto nesse modelo de análise de grupo (Lourau, 1993). Foi possível, desde então, reintroduzir o elemento que estava fora dos grupos e, por assim dizer, fora do campo da análise, a saber, a instituição - a qual faz, cria, molda, forma e é o grupo. Este método propõe analisar e intervir nos conjuntos sociais, com o intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas, contando para tal finalidade com a participação ativa destas. Guattari e Deleuze (1976) alegam, segundo Bravo (2007), que esse direcionamento de análise não é somente de um indivíduo ou grupo mais também de um conjunto de processos sociais.

Antes de dar prosseguimento ao que seria esse método, deve-se esclarecer alguns pressupostos teóricos, pois esta análise está associada à Psicologia Institucional. A Psicologia é um grande leque de linhas teóricas; cada qual com o seu “objeto” de estudo. Falando-se sucinta e superficialmente, pode-se alegar que a Psicanálise quer desvendar os conteúdos inconscientes que impedem o equilíbrio psíquico; a Fenomenologia-Existencial pretende entender, não explicar, as vivências e encontrar entre elas o *sentido* da existência; o Behaviorismo (Cognitivismo-Comportamental) tem por pilar o comportamento, suas variáveis e variações de acordo com as contingências pré-existentes. Estes seriam exemplos das três grandes linhas teóricas da Psicologia, as quais dariam abertura para diversas áreas de atuação do psicólogo. Dentre essas possibilidades, pode-se citar a Psicologia Institucional.

Ao se falar da Psicologia Institucional, não se deve encarar esse ramo da Psicologia como sendo uma escola e sim, um conjunto de escolas. Assim, é mais adequado denominá-lo de Movimento Institucionalista (Institucionalismo). O que marca todas as vertentes desse Movimento é a presença de uma mesma ideia, de um mesmo direcionamento, objetivo: fazer com que as comunidades, os coletivos entrem num processo de *autoanálise* e de *autogestão*. Critica-se, pois, a desvalorização dos conhecimentos das comunidades, do seu poder de ação, como também os processos de alienação dos saberes, a criação de individualismos e questiona-se a existência de *demandas* (necessidades) básicas naturais (BAREMBLITT, 2002).

É válido demarcar, para dar continuidade, alguns conceitos primordiais do Movimento Institucionalista. Conforme Lapassade (1989), alguns desses construtos são: autoanálise e autogestão. O primeiro refere-se à aquisição ou retomada do pensamento e da ação coletiva, permitindo-lhes ter ciência dos seus desejos, interesses, necessidades sem que esses sejam provenientes de qualquer exterioridade. Concomitante ao primeiro, a autogestão consiste na coordenação, na articulação dos coletivos para criar mecanismos que promovam a manutenção e melhoramento de sua vida com o meio. Outro conceito básico é o de demanda. Tal conceito estaria relacionado com o processo de alienação dos saberes, o qual só ocorre e é “perpetuado” devido ao processo de socialização, ou seja, devido às relações sociais de acordo com seu contexto histórico. Na perspectiva do Institucionalismo, é relevante que os coletivos possam identificar suas reais necessidades, para que assim possam organizar-se a fim de solucionar e requerer o que é preciso para seus problemas.

O aspecto “natural” da demanda poderia servir de exemplificação de dois conceitos também recorrentes: forças instituídas e forças instituintes, ou simplesmente como instituído e instituinte. A cristalização e naturalização de uma demanda -sem relacionar com a realidade social- podem ser consideradas como força instituída, pois tende à resistência, à persistência do ser. Com relação à força instituinte, essa tende a transformar as instituições e operar modificações em suas características, é marcada pela ação de produção constante de criação. “O instituinte aparece como um processo, enquanto o instituído aparece como resultado” (LAPASSADE, 1989, p. 30).

Pode-se deduzir que, para atingir o seu objetivo, o Institucionalismo deve adentrar na sociedade e revelar “esse nível oculto de sua vida e de seu funcionamento” (LAPASSADE, 1989,). Entretanto, o sistema social possui três níveis (*Grupo, Organização e Instituição*) que devem ser demarcados e entendidos para proporcionar uma análise institucional direcionada e “eficaz”. O primeiro nível corresponde ao Grupo, que seria o nível material, concreto das relações sociais e equivale à vida cotidiana, podendo ser exemplificado pela família, pela sala de aula. O segundo nível é a Organização o qual seria o coletivo de grupo; é (a priori) estabelecido, marcado pela burocracia e tem como exemplos a Universidade, a fábrica. Por último nível, entender-se-ia a Instituição que estaria a nível simbólico, sinônimo de Estado e de controle. Essa última característica da Instituição é relevante, pois nos faz perceber a existência de lógicas estatais que permeiam tanto as Organizações quanto os Grupos. Assim, a Instituição utiliza-se de mecanismo para permanecer com as suas normas, leis e hábitos alienantes. Sendo as Organizações conjuntos de Grupos, as forças instituídas agem

diretamente nos Grupos, por isso é que a análise institucional é focada justamente nessa realidade social (BAREMBLITT, 2002).

Para Lapassade (1989), a análise institucional estaria disposta a revelar os dispositivos, as manobras de exercício de poder que o Estado utiliza-se para alienar a sociedade. Algumas estratégias alienantes utilizadas pela Instituição seriam as ideologias e as repressões. A ideologia, tomada por um processo de desconhecimento social, impediria o acesso à “verdade”, ao conhecimento efetivo das demandas sociais. Ela promove, tanto na sociedade como para seus participantes, um desconhecimento do sentido estrutural dos seus atos, do que determinam as suas escolhas, suas preferências, rejeições. Essa supressão do real sentido, escondido na ideologia, seria uma forma de repressão, visto que não se pode dizer, nem sequer pensar o verdadeiro, logo que esse processo inibe o acesso permanente à situação e sobre o conjunto do sistema.

Tendo ciência dessa imensa influência da Instituição dentro dos Grupos, os institucionalistas, por meio da análise institucional, tentam: evidenciar o que está encoberto (os valores instituídos), mostrar para o grupo esses pontos e fazer com que o mesmo passe a ser questionador, responsável e consciente das suas ações, em outras palavras, ocorre produção de autonomia. Pode-se tomar, portanto, esse método como sendo portador de transversalidade e que proporciona uma abertura, uma desconstrução dos valores pré-determinados. Tal potencialidade é bastante importante, principalmente na atual conjuntura - a Contemporaneidade trouxe uma nova visão de mundo, que corrobora com a ideia de autoanálise e autogestão (LAPASSADE, 1989).

Fazendo uma metáfora, pode-se dizer que a análise institucional poderia ser ilustrada pelas obras de Michel Foucault, nas quais o autor demonstra com está a disposição (no decorrer histórico) das relações de poder em várias temáticas (o assunto da loucura e do sistema punitivo são exemplos). Entretanto, deve-se admitir que não foram dadas formas de intervenção e sim subsídios, conhecimento, direções de onde devem ocorrer as mudanças; o mesmo se dá na análise em questão.

A análise institucional seria uma nova maneira de ver, entender e atuar na dinâmica dos grupos; além de atuar no âmbito escolar, estaria agindo em qualquer coletividade que tivesse uma “brecha” para a entrada do questionamento, “quebra” de ideias e demandas cristalizadas. Assim, a análise institucional pode ser utilizada não só por psicólogos, mas por

qualquer um que possa gerar ou promover - dentro de um grupo - um espaço para discussão, para o “exercício” da transversalidade¹ e reflexão da sociedade.

Como ficaria tal visão-ação tomando como perspectiva a área clínica de atuação do psicólogo, o qual trabalharia –como se costuma atrelar- com o individual, com a unidade do ser? Estaria a análise institucional também inserida como método da prática psicoterápica? Ratificando o parágrafo anterior, basta existir lugar para discussão e para a problematização. Logo, espera-se que –para a fusão análise institucional e psicoterapia- a Psicologia Clínica tenha uma óptica diferenciada sobre a relação sujeito-objeto, especialista-paciente e agregue um novo valor: a ideia de implicação - contribuição do Movimento e da Análise em questão.

Passos e Barros (2000) descrevem a trajetória de ruptura da Psicologia de uma fundamentação positivista para uma área de saber que pretende e está imersa na pluralidade. A seguir utilizar-se-á dessa fonte para o entendimento dessa transformação.

2 A DIMENSÃO CLÍNICA NA ANÁLISE INSTITUCIONAL

A Psicologia – a qual na tentativa de garantir seu estatuto científico – atribuiu às leis seu caráter estrutural, estabelecendo relações funcionais entre componentes de um sistema. Todavia, Lewin - com sua noção de pesquisa-ação- passa a explicar a ação individual a partir da estrutura que se constitui entre o indivíduo e seu meio ambiente, num determinado momento. Essa estrutura é um campo dinâmico, campo de forças e que tende ao equilíbrio; logo, assim como o indivíduo e seu meio ambiente compõem um campo psicológico, o grupo e seu ambiente constituem um campo social.

A partir das contribuições de Lewin, uma perspectiva socioterapêutica desenvolve-se voltada para as organizações², a qual almejava examinar as formas de resistência à transformação, estabelecendo relações entre o formal (nível estrutural) e o informal (nível conjuntural). Em ambas as perspectivas – lewiniana e socioterapêutica – o pesquisador era visto como “agente de mudança” e a prerrogativa de sua ação era o amadurecimento dos

¹ A transversalidade é entendida, por Lourau (1993), como a produção de um intertexto nos espaços de intervenção, assim como - segundo Lapassade (1989) - a interpenetração de caráter instituinte, produtivo, revolucionário e do criativo.

² Iniciada com Lewin em 1943, quando ele atua nos conflitos sociais, em seguida outras intervenções se sucedem, por vezes utilizando certos instrumentos de abordagem, ou modificando etapas e procedimentos de ação. É neste sentido que Lapassade nomeia de Socioterapia aquelas intervenções nas quais o psicossociólogo consultor é chamado para auxiliar as mudanças e, de forma geral, o psicoterapeuta é um especialista em mudança.

indivíduos através da evolução das relações, conduzindo a uma maior sensibilização e conscientização.

Na década de sessenta, onde se cruzam clínica e política, pesquisa e ação, a palavra intervenção aliasse à pesquisa, para brotar outra relação entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto. A intervenção estará conexas à construção e/ou utilização de “analísadores”, conceito-ferramenta formulado por Guattari, na conjuntura da Psicoterapia Institucional. Os analisadores seriam episódios – no sentido daquilo que produz rupturas, que catalisa fluxos, que produz análise que decompõe; vislumbra as múltiplas relações que compõem o campo em seu nível de intervenção e de análise. O nível de intervenção é caracterizado pela demarcação de um território a partir da encomenda (que está atrelada ao conceito descristalizado de demanda) proposta a alguém, em geral a um especialista- isto inclui não apenas como o pedido é estabelecido, mas também a responsabilidade social que lhe é inseparável. Quanto ao nível de análise, este direciona para as virtualidades presentes a partir da intervenção, predominantemente submetidas à responsabilidade social, às vezes delineando linhas de fuga. Este novo posicionamento de análise se define, portanto, por um processo de desnaturalização constante das instituições, incluindo a própria instituição da análise (apreendida como atividade de um “analisador”) e a da pesquisa; é neste sentido que a implicação do pesquisador se modifica.

O conceito de implicação, usado pelos analistas institucionais, não se sintetiza a uma questão de vontade, de decisão consciente do pesquisador; ele abarca uma análise do sistema de lugares, o apontamento do lugar que este ocupa daquele que ele almeja ocupar e do que lhe é encarregado ocupar -enquanto especialista- com os desafios que isto acarreta. A negação da neutralidade do analista/pesquisador procura romper as barreiras entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido. Na proposta da Análise Institucional a formação teórica e social torna-se indissociável: o momento da pesquisa é o instante da produção teórica, de produção do objeto e daquele que conhece; o momento da pesquisa é momento de intervenção, já que sempre se está implicado. Não existe mais sujeito e objeto, o que ocupa este lugar são os processos de subjetivação e de objetivação, criação de planos que concomitantemente inventam sujeitos/objetos, que se permutam.

Na clínica, o que se nota é a dissolução da ideia de identidade/unidade no movimento do Institucionalismo. A noção de campo aparece e é colocada em análise – a questão se recoloca quando é discutido o que seria a identidade do saber ou o território comum ao campo do psicológico. A Psicologia é levada a abdicar de seus postulados na medida em que distingue em seu objeto outra coisa diferente da objetividade natural, sendo “obrigada” a

utilizar-se de outros processos e métodos de investigação. A Psicologia ressurge, portanto, como análise deste objeto – o homem - caracterizado por uma tensão inerente, já que nele reside a imprecisão da fronteira entre o normal e o patológico, o adaptado e o desadaptado, o corpo e o espírito.

A ciência tem uma fundação tal como qualquer outra forma de conhecimento, não se diferenciando por uma pureza ou soberania que ascende ao mundo sobre o qual ele lança os seus efeitos de verdade e de objetividade. É neste sentido que se pode dizer que o conhecimento é uma forma de implicação e de interferência ativa na produção tanto do seu objeto quanto do sujeito de um determinado saber ou especialismo. Assim, segundo Passos e Barros (2000), se apresenta a clínica

O que nos interessa são modos de subjetivação e, neste sentido, importa nos poder traçar as circunstâncias em que eles se compuseram que forças se atravessam e que efeitos estão se dando. No lugar do indivíduo, individuações. No lugar do sujeito, subjetivação. Como nos conceitos, não se trata de modo algum de reunir, unificar, mas de construir redes por ressonâncias, deixar nascer mil caminhos que nos levariam a muitos lugares (...). Tomar, enfim, em análise, os funcionamentos e seus efeitos, experimentar ao invés de conjecturar, ocupar-se dos maquinismos que insistem na produção de outros modos de existência, esquecer-se de si e de sua história e encontrar-se na criação, parecem ser algumas faces desta clínica (PASSOS e BARROS, 2000: p.7-8)

3 A ANÁLISE INSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEA: o conceito de implicação

A contribuição das produções clássicas para a ampliação das pesquisas em análise institucional é inegável. Todavia, a aproximação progressiva de René Barbier do campo da Análise Institucional e das sociologias de intervenção, pesquisa-ação existencial, promoveu tanto o alargamento da abordagem psicossociológica do método, quanto a ampliação de elementos conceituais relevantes para as ciências psicossociais de natureza clínica.

Em *O conceito de “implicação” na pesquisa-ação em ciências humanas* (1985), Barbier condensa suas principais ideias a respeito da implicação nas atividades profissionais e pessoais do pesquisador e/ou professor, terapeuta, gestor. O ponto de partida de suas reflexões é a fecundidade relacional que o conceito permite exercitar junto aos diferentes atores sociais em distintos modos de produção de subjetividade nas instituições. Entre 1970 e 1990, René Barbier desenvolveu uma pesquisa de larga envergadura com a intenção de sistematizar o corpo teórico e o campo empírico da pesquisa-ação de base francesa. Diversos pesquisadores

destacam que o conceito de implicação em Barbier nasce de sua intensa entrega e vivência ao método de pesquisa implicado. Logo, a pesquisa-ação, inspirada inicialmente em *pesquisa-ação institucional*, torna-se pesquisa-ação existencial, fincada na pulverização do engajamento e das pulsões do pesquisador na orquestração dissonante de vetores *não-paralelos* de interesses, intenções, métodos e práticas socioculturais densas.

O fato é que a pesquisa implicada dentro do escopo da Análise Institucional introduz as categorias do sensível e da imaginação; valoriza a criação e a expressão mitopoética na produção da pesquisa. Aos poucos vai se constituindo a sua teoria da abordagem transversal, em torno da qual a pesquisa implicada encontra o dispositivo da escuta sensível. Trata-se, pois, de rearranjos possíveis e plurais de distintos objetos de conhecimento à ordem do imaginário que dialogue com as ciências clínicas, a filosofia, a pesquisa-ação existencial e a experiência mitopoética. Em todo caso, expressando-se pela busca do entendimento do sentido e sua produção humana. Nesses termos, associa-se ao plano de criação de conceitos a abordagem transversal ligada a uma pesquisa-ação transpessoal, fincada numa espiritualidade secularmente instaurada nos territórios das culturas. Nesses termos, Lévy (2001), destaca a necessidade de se considerar “a singularidade do sujeito visto em sua globalidade e em sua história, a implicação do terapeuta pesquisador se concretiza numa dada situação, a meta de pesquisa, de estrutura e de sentido” (p.19).

Barbier (1985) a respeito da implicação no conjunto de atividades da análise institucional discrimina a natureza psicoafetiva presente no contexto de análise tanto histórico-existencial dos atores sociais, quanto do conteúdo estrutural-profissional que eles expressam em grupo. A implicação consiste em explicitar todo e qualquer mecanismo transferencial que se origina da relação entre pesquisador e grupo de sujeitos institucionalizados. Nesse ínterim, é possível dar origem às inibições e aos bloqueios relacionais, sendo os mesmos elementos, ainda, fontes de circulação de interesses comuns, facilitando as trocas de comunicação em torno da extinção de conflitos instaurados.

A implicação decorre de uma expressão genuinamente ligada a condutas sociais elaboradas no espaço tensivo da relação entre diferentes atores sociais e seus espaços de interatuação sociocultural. Por isso mesmo exprime uma relativa dependência com os reflexos e migração de hábitos adquiridos, esquemas de pensamento e de percepção sistemáticos, predominantes na coletividade dos sujeitos e na prática de interação com o pesquisador. Esses fenômenos estão articulados à socialização e à classe social de origem individual dos atores sociais e da instituição como um grupo-sujeito. Assim sendo, o que se pode destacar nesse

processo é a existência da noção de práxis e da noção de projeto, as quais possibilitam interligar a prática profissional e a estrutura social, num conjunto complexo de tensões entre projeto individual e projeto coletivo. Lê-se:

O nível estrutural- profissional é essencialmente o da mediação interinstitucional e do princípio de realidade instituída. Consiste essencialmente na procura dos elementos que têm sentido com referência ao trabalho social do pesquisador e ao seu enraizamento socioeconômico na sociedade contemporânea (Barbier, 1985, p. 117).

A implicação como conceito fundante em Análise Institucional Contemporânea produz-se como elemento pertinente para a compreensão das relações contratuais, fortuitas e espontâneas que envolve o pesquisador e os demais agentes envolvidos no estudo. Nota-se que a implicação é de natureza histórico-existencial, porque se articula à implicação psicoafetiva para localizar a construção histórica e existencial do pesquisador diante do seu movimento nas interações cotidianas. Na Análise Institucional Contemporânea a caracterização relacional entre os sujeitos e os contextos de interação social faz ressurgir as tensões do familiar, os percursos do profissional e as miríades do afetivo, culturalmente situados, sempre. Por isso mesmo, *o conceito de implicação* migra-se entre a formulação do próprio projeto-comum dos sujeitos. Pertencimento e engajamento, pois, tornam-se processos de implicação, absorvendo cinco diferentes instâncias: desejo, vontade, decisão, ação e mediação.

A implicação estrutural-profissional é, também, passional, sexual, pessoal e transpessoal (Barbier, 1985). Trata-se da *implicação do sujeito integral*. Nesses termos, fala-se da dimensão bioantropsicossocial agregada às dimensões do imaginário, do simbólico, evitando e rejeitando todo dualismo ou oposicionismo epistemológico. Por isso mesmo, o conceito de implicação se expressa como “engajamento pessoal e coletivo (...), em função de sua história familiar e libidinal, de suas posições passada e atual nas relações de produção e de classe, e de seu projeto sócio-político em ato” (BARBIER, 1985: p. 120).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, gostaríamos de destacar a importância do conceito de implicação no plano teórico e no plano metodológico da Análise Institucional Contemporânea, considerando, sobretudo, a formação histórica da análise institucional clássica como abordagem teórica direcionada à compreensão das dinâmicas institucionais em diferentes momentos históricos.

Quer seja naqueles momentos demarcados pela predominância do conceito de universalidade e particularidade; quer seja através da reviravolta epistemológica ocorrida pela assunção do conceito de implicação dentro das psicossociologias clínicas e da análise institucional contemporânea inspirada na produção de René Barbier. Assim sendo, o conceito de implicação nos permite exercitar junto aos diferentes atores sociais a escuta aos distintos modos de produção de subjetividade nas instituições, suas pertencas e seus conflitos. Nessa direção, compete-nos apreender a implicação como processo do qual decorrem as condutas sociais, os espaços tensivos da relação entre diferentes atores sociais e seus territórios multifacetados de interatuação sociocultural, hibridismo e polifonia.

REFERÊNCIAS

- ARDOINO, J. Prefácio. In: Lobrot, M. **A pedagogia institucional**: por uma pedagogia autogestionária. Lisboa: Iniciativas Editoriais, ©1966. p.15–54.
- ARDOINO, J. **Education et relations**: introduction à une analyse plurielle des situations éducatives. Paris: Gauthier-Villars:UNESCO, 1980.
- ARDOINO, J. L'analyse multiréférentielle des situations sociales. **Psychologie Clinique**. n.3, p.33-49, 1990.
- ARDOINO, J. Multiréférentielle (analyse). In: ARDOINO, J. **Le directeur et l'intelligence de l'organization**: Repères et notes de lecture. Ivry: ANDESI, 1995a. p. 7-9.
- ARDOINO, J. Autorisation. In: ARDOINO, J. *Le directeur et l'intelligence de l'organization*: Repères et notes de lecture. Ivry: ANDESI, 1995b. p. 4-5.
- ARDOINO, J. Nota a propósito das relações entre a abordagem multirreferencial e a análise institucional (história ou histórias). In: BARBOSA, J. G. (coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998a. p. 42-49.
- ARDOINO, J. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA J. G. (coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998b. p. 24-41.
- ARDOINO, J.; BARBIER, R.; GIUST-DESPRAIRIES, F. Entrevista com Cornelius Castoriadis. In: BARBOSA, J. G. (coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998c. p. 50-72.
- ARDOINO, J.; LOURAU, R. **Les pédagogies institutionnelles**. Paris: PUF, 1994.
- BARBIER, René. O conceito de “implicação” na pesquisa-ação em ciências humanas. In: _____. **A pesquisa-ação na instituição educativa**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 105-128.
- _____. Palavra educativa e sujeito existencial. In: BORBA, Sérgio; ROCHA, Jamesson. **Educação e pluralidade**. Brasília: Plano, 2003. BAREMBLITT, G.F. O Movimento Instituinte. IN: BAREMBLITT, G.F. **O Compêndio de Análise Institucional e outras correntes**: Teoria e prática. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BRAVO, O. A. As prisões da loucura, a loucura das prisões. **Psicologia & Sociedade**. 2007 vol.19, n.2, pp. 34-41. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n2/a05v19n2.pdf>> acessado em 07 de Maio de 2010.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1993.

_____. **A análise institucional**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. **Actes manques de la recherche**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994. 234 p.

_____. Autorreferencialidade, monorreferencialidade, multirreferencialidade e implicação. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Paulo: EdUFSCar, 1998. p. 106-118.

MORIN, Edgar. **O Paradigma Perdido - A Natureza Humana**. 5.ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1973.

_____. **Em busca dos Fundamentos Perdidos**. Tradução Maria Lúcia Rodrigues e Salma Tannus. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____. et al. **O Problema Epistemológico da Complexidade**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

_____. **O Método III. O conhecimento do conhecimento**. Lisboa, Publicações Europa-América, 1986.

_____. **Introdução ao Pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

_____ e LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2000, vol.16, n.1, pp. 71-79. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v16n1/4390.pdf> >, acessado em 07 de Maio de 2010.

i Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe.

ii Doutor em Educação. Psicanalista. Líder do SEMINALIS – Grupo de Pesquisa em Tecnologias Intelectuais, Mídias e Educação Contemporânea (CNPq/UFS).

iii Mestre em Educação. Pedagogo. Especialista em Comunicação e Novas Tecnologias. Pesquisador e Membro do SEMINALIS – Grupo de Pesquisa em Tecnologias Intelectuais, Mídias e Educação Contemporânea (CNPq/UFS).